

**ILUSTRÍSSIMO(A) SR.(A) DIRETOR(A) SUPERINTENDENTE DO  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.**

Ref.: ao Pregão Presencial nº 20/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE MEDICAMENTOS NÃO INCLUÍDOS NA RENAME (RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS) PARA MUNICÍPIOS CONSORCIADOS - (SRP).

*SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA*, pessoa jurídica de Direito Privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.847.630/0001-10, sediada na Estrada Samuel Aizemberg, nº 1100, *Alves Dias, São Bernardo do Campo/SP*, CEP: 09.851-550, telefone: (11) 4122-9800, Cel. (11) 9.5050-0509, e-mail: [licitacao.sp@somahospitalar.com.br](mailto:licitacao.sp@somahospitalar.com.br), por intermédio de seu representante legal, subscrito ao final, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, requerer **“REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO” do item 105 – TRAMADOL 50MG CPS (G) HIPOLABOR**, com base na Lei 8.666/93 e na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 37 inc. XXI, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir:

**Dos fatos e fundamentos jurídicos**

É sabido e ressabido que estamos vivenciando um cenário extremamente delicado com o avanço do contágio do COVID-19, assunto presente nos diversos meios de comunicação, cuja abrangência tem sido mundial:

---

*Dólar pode ir a R\$ 7,35 ao fim de 2021 em cenário pessimista, diz UBS.*

Disponível em: (<https://exame.abril.com.br/mercados/dolar-pode-ir-a-r735-ao-fim-de-2021-em-cenario-pessimista-diz-ubs/>). Acesso em: 29 abr. 2020.

*Dólar: mesmo acima dos R\$ 5,65, cotação ainda está longe de recorde real.*

Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/dolar-mesmo-acima-dos-r-565-cotacao-ainda-esta-longo-de-recorde-real/>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

*Coronavírus: remédios devem subir, mesmo após governo adiar reajuste.*

*Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/coronavirus-remedios-devem-subir-mesmo-apos-governo-adiar-reajuste.htm>> Acesso em: 29 abr. 2020.*

Destaca-se que muitos produtos ou matérias-primas dependem para sua produção de material importado, sujeito, portanto, às altas da moeda Americana.

Destarte, o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consisti claramente num evento da natureza, sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos licitantes na época de apresentação de suas propostas nos respectivos pregões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados.

Nota-se que os fatos noticiados são de conhecimento global e os impactos afetam diretamente o contrato em execução, tornando inviável a sua continuidade sem que haja ajustes capazes de equilibrarem a relação contratual.

O reajustamento de preço tem amparo constitucional, além de ser necessário neste momento delicado que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas.

Está expresso no Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal a obrigatoriedade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com a finalidade de efetivar a manutenção do valor contratado entre Administração Pública e Contratado.

Assim também preleciona a Lei 8.666/93 em seu artigo 65, inc. II, alínea "b";

*Art. 65 "Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos":*

*Inc. II - por acordo entre as partes:*

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea extraordinária e extracontratual.

Releva notar que a medida já faz parte de comentários de ilustres juristas e doutrinadores pátrios:

HELY LOPES MEIRELLES: "O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico do contrato administrativo, também denominado equação econômica ou equação financeira, é a relação que as partes estabelecem inicialmente, no ajuste, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, do serviço ou do fornecimento. Em última análise, à a correlação entre o objeto do contrato e sua remuneração, originariamente prevista e fixada pelas partes em números absolutos ou em escala móvel. Essa correlação deve ser conservada durante toda a execução do contrato, mesmo que alteradas as cláusulas regulamentares da prestação ajustada, afim de que se mantenha a equação financeira ou, por outras palavras, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ( Lei 8.666/93, art. 65, II "d", e § 6º )." (Licitação e contrato administrativo editora Malheiros 12ª edição pg. 181.)

Assim, com o devido amparo jurídico acima exposto se faz necessário aplicar o devido reequilíbrio financeiro.

Importante ressaltar que **não está sendo pleiteado reajustes de preços e sim a devida recomposição financeira.**

Do Pedido





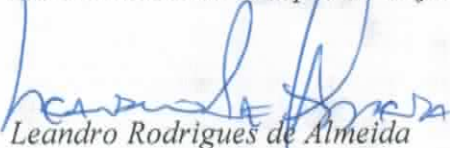
*Ex positis*, requer de Vossas Senhorias que seja concedido o presente Reequilíbrio Econômico – Financeiro, passando o preço anteriormente registrado do **item 105 – TRAMADOL 50MG CPS (G) HIPOLABOR**, de R\$ 0,16 para R\$ 0,40 com aumento de 100% no **preço pactuado com o fabricante**, sendo que o único motivo da solicitação se deve aos impactos causados na economia pela disseminação do COVID-19.

Subsidiariamente, na remota hipótese de indeferimento do pedido retro, considerando o disposto no art. 48, inc. II, da Lei n. 8.666/93, uma vez demonstrada a inexecutabilidade do preço originalmente registrado ante a superveniência de fatos novos, pugna a Requerente pelo **cancelamento** do item 105 na ATA DE REGISTRO DE PREÇO, facultando-se assim à Administração Pública proceder ao registro desse medicamento com os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação da licitação, e mantido o preço ofertado pelo respectivo licitante, sem prejuízo da negociação prevista no art. 4º, inc. XVII, da Lei n. 10.520/02.

Termos em que,

Pede e aguarda deferimento.

São Bernardo do Campo, 22 de junho de 2020.



Leandro Rodrigues de Almeida

**SUPERVISOR DE LICITAÇÃO**

RG. nº 35.526.149 SSP/SP

Belo Horizonte, 10 de Junho de 2020

À

**Soma/SP Produtos Hospitalares LTDA**

Prezado cliente,

Infelizmente estamos vivenciando um momento único e dos mais complicados em quase quarenta anos de nossa história, provocados pela pandemia do COVID-19.

As dificuldades para aquisição de insumos utilizados na fabricação de nossos medicamentos esta cada vez maior, provocadas pelas restrições de exportação dos países fabricantes destes ativos.

Atualmente mais de 70% dos ingredientes ativos utilizados no mundo são provenientes da China e da Índia e a Indústria Farmoquímica brasileira não consegue atender a demanda interna.

O aumento da demanda aliado a tais restrições elevou muito o custo da maioria dos ativos utilizados.

Paralelamente a tais fatos atingimos níveis históricos de desvalorização do Real em relação ao Dólar.

Em relação ao **Clorid. de Tramadol 50mg Gen. caixa c/500 Cápsulas**, esta conjuntura nos obrigou a reduzir o desconto praticado, mas sempre respeitando o limite estabelecido pela CMED.

Informamos que o preço do medicamento abaixo foi alterado para R\$100,00.

No momento estamos totalmente focados para atender a demanda do mercado por nossos produtos e continuaremos trabalhando para cumprir nossa missão.

Atenciosamente,

  
Hipolabor Farmacêutica Ltda



## ESPELHO DA DANFE

DANFE  
Documento Auxiliar de  
Nota Fiscal Eletrônica1-Saída 2  
2-Entrada  
No. 31201  
Série 6Chave de Acesso  
3119.0919.5707.2000.0706.5500.6000.0312.0117.3320.8446Consulta de autenticidade no portal nacional de NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

Protocolo de autorização de uso

Estrada Samuel Aizemberg, 1100 - Alves Dias - 09.851-550  
São Bernardo do Campo - SP Fone/Fax: (11) 4122-3800  
CNPJ: 05.847.630/0001-10 Insc. Est.: 635.487.579.110  
Insc. Estadual Sub. Tributário:Natureza Operação:  
Compra a prazo

## DESTINATÁRIO/REMETENTE

Razão Social  
HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDAEndereço  
AV DAS INDUSTRIASMunicípio  
MONTES CLAROS

263

Fone/Fax  
31 3408-1800UF  
MGBairro Distrito  
DISTRITO FEDERALCNPJ / CPF  
19.570.720/0007-06CEP  
39.404-621Data Emissão  
30/09/2019

Data Entrada/Saída

Hora de Entrada/Saída

## FATURA / DUPLICATA

29/11/2019 29/12/2019  
40.000,00 40.000,00

## DADOS DO PEDIDO

Número  
196126

Empenho

Vendedor

## DADOS BANCÁRIOS

Deposito Conta

## CALCULO DO IMPOSTO

Base de Cálculo do ICMS

80.000,00

Valor do ICMS

9.600,00

Base de Cálculo do ICMS Substituição

0,00

Valor do ICMS Substituição

0,00

Valor Total dos Produtos

80.000,00

Valor do Frete

0,00

Valor do Seguro

Valor do Desconto

0,00

Outras Despesas Acessórias

0,00

Valor do IPI

0,00

Valor aprox de Tributos

0,00

Valor Total da Nota

80.000,00

## EXPORTADOR VOLUMES TRANSPORTADOS

Razão Social

Endereço  
EST SAMUEL AIZEMBERGQuantidade / Volumes  
125

Espécie

Marca

1100

Frete por Conta  
0-Remetente (CIF)

Codigo ANTT

Placa do Veículo

UF

CNPJ / CPF  
05.847.630/0001-10Município  
SAO BERNARDO DO CAMPO

Numeração

Peso Bruto (Kg)

440,000

Peso Líquido (Kg)

440,000

Cubagem Total

## ENDEREÇO DE ENTREGA

Endereço  
AV DAS INDUSTRIASMunicípio  
MONTES CLAROS

263

UF  
MGBairro Distrito  
DISTRITO FEDERALCEP  
39.404-621

## DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

Cod	Descrição dos Produtos / Serviços	NCM-SH	CST	CFOP	Un	Qtde	Vlr. Unitario	Vlr. Total	BC ICMS	Vlr. ICMS	Vlr. IPI	IPI	ICMS
3338	TRAMADOL 50MG CPS (G) HIPOLABOR PORT, 344/98 (A2) Lote: 0895/19 31/08/2021 Fabr: 13/09/2019 Cod.Fabr.: 3338 Rea. MS: 1037005020039 Cod.EAN13: 7896112190684	30042069	000	2102	CPS	815 000	0,08000	65.200,00	65.200,00	7.824,00	0,00	0	12,00
3338	TRAMADOL 50MG CPS (G) HIPOLABOR PORT, 344/98 (A2) Lote: 0894/19 30/08/2021 Fabr: 13/09/2019 Cod.Fabr.: 3338 Rea. MS: 1037005020039 Cod.EAN13: 7896112190684	30042069	000	2102	CPS	185 000	0,08000	14.800,00	14.800,00	1.776,00	0,00	0	12,00

ICMS ST FRETE POR CONTA DO REMETENTE ART. 4º DO ANEXO XV DO RICMS- MG

## DADOS ADICIONAIS

Informações complementares

Reservado ao Fisco



**ILUSTRÍSSIMO(A) SR.(A) DIRETOR(A). DO CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA.**

Ref.: ao Pregão Presencial nº20/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

*SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA*, pessoa jurídica de Direito Privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.847.630/0001-10, sediada na Estrada Samuel Aizemberg, nº 1100, *Alves Dias, São Bernardo do Campo/SP*, CEP: 09.851-550, telefone: (11) 4122-9800, Cel. (11) 9.5050-0509, e-mail: [licitacao.sp@somahospitalar.com.br](mailto:licitacao.sp@somahospitalar.com.br), por intermédio de seu representante legal, subscrito ao final, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, requerer **“REEQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO” do item 22 – HIOSCINA SIMPLES 20MG AMP.1ML HIPOLABOR**, com base na Lei 8.666/93 e na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 37 inc. XXI, pelas razões de fato e de direito expostas a seguir:

### Dos fatos e fundamentos jurídicos

É sabido e ressabido que estamos vivenciando um cenário extremamente delicado com o avanço do contágio do COVID-19, assunto presente nos diversos meios de comunicação, cuja abrangência tem sido mundial:

---

*Dólar pode ir a R\$ 7,35 ao fim de 2021 em cenário pessimista, diz UBS.*

Disponível em: (<https://exame.abril.com.br/mercados/dolar-pode-ir-a-r735-ao-fim-de-2021-em-cenario-pessimista-diz-ubs/>). Acesso em: 29 abr. 2020.

*Dólar: mesmo acima dos R\$ 5,65, cotação ainda está longe de recorde real.*

Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/dolar-mesmo-acima-dos-r-565-cotacao-ainda-esta-longo-de-recorde-real/>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

Coronavírus: remédios devem subir, mesmo após governo adiar reajuste.

Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/03/coronavirus-remedios-devem-subir-mesmo-apos-governo-adiar-reajuste.htm>> Acesso em: 29 abr. 2020.

Destaca-se que muitos produtos ou matérias-primas dependem para sua produção de material importado, sujeito, portanto, às altas da moeda Americana.

Destarte, o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consisti claramente num evento da natureza, sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos licitantes na época de apresentação de suas propostas nos respectivos pregões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados.

Nota-se que os fatos noticiados são de conhecimento global e os impactos afetam diretamente o contrato em execução, tornando inviável a sua continuidade sem que haja ajustes capazes de equilibrarem a relação contratual.

O reajustamento de preço tem amparo constitucional, além de ser necessário neste momento delicado que exige solidariedade e bom senso para que os anseios públicos sejam atendidos em circunstâncias tão adversas.

Está expresso no Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal à obrigatoriedade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com a finalidade de efetivar a manutenção do valor contratado entre Administração Pública e Contratado.

Assim também preleciona a Lei 8.666/93 em seu artigo 65, inc. II, alínea "b";



Art. 65 "Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos":

Inc. II - por acordo entre as partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção de equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea extraordinária e extracontratual.

Releva notar que a medida já faz parte de comentários de ilustres juristas e doutrinadores pátrios:

HELY LOPES MEIRELLES: "O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico do contrato administrativo, também denominado equação econômica ou equação financeira, é a relação que as partes estabelecem inicialmente, no ajuste, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, do serviço ou do fornecimento. Em última análise, à correlação entre o objeto do contrato e sua remuneração, originariamente prevista e fixada pelas partes em números absolutos ou em escala móvel. Essa correlação deve ser conservada durante toda a execução do contrato, mesmo que alteradas as cláusulas regulamentares da prestação ajustada, afim de que se mantenha a equação financeira ou, por outras palavras, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ( Lei 8.666/93, art. 65, II "d", e § 6º )." (Licitação e contrato administrativo editora Malheiros 12ª edição pg. 181.)

Assim, com o devido amparo jurídico acima exposto se faz necessário aplicar o devido reequilíbrio financeiro.

Importante ressaltar que **não está sendo pleiteado reajustes de preços e sim a devida recomposição financeira.**

## Do Pedido

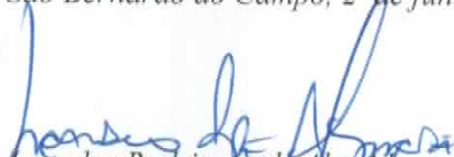
*Ex positis*, requer de Vossas Senhorias que seja concedido o presente Reequilíbrio Econômico – Financeiro, passando o preço anteriormente registrado do **item 22 - HIOSCINA SIMPLES 20MG AMP. 1ML HIPOLABOR** de R\$ 0,86 para R\$ 1,19 com **aumento 23%** no preço pactuado com o fabricante, sendo que o único motivo da solicitação se deve aos impactos causados na economia pela disseminação do COVID-19.

Subsidiariamente, na remota hipótese de indeferimento do pedido retro, considerando o disposto no art. 48, inc. II, da Lei n. 8.666/93, uma vez demonstrada a inexecutabilidade do preço originalmente registrado ante a superveniência de fatos novos, pugna a Requerente pelo **cancelamento** do item 22 na ATA DE REGISTRO DE PREÇO, facultando-se assim à Administração Pública proceder ao registro desse medicamento com os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação da licitação, e mantido o preço ofertado pelo respectivo licitante, sem prejuízo da negociação prevista no art. 4º, inc. XVII, da Lei n. 10.520/02.

Termos em que,

Pede e aguarda deferimento.

São Bernardo do Campo, 2 de junho de 2020.

  
Leandro Rodrigues de Almeida  
**SUPERVISOR DE LICITAÇÃO**  
RG. nº 35.526.149 SSP/SP

Belo Horizonte, 28 de Abril de 2020

Soma Produtos Hospitalares LTDA

Referente: Alteração de Preço **Butil Escop. 20mg/mL Gen caixa c/100amp. x 1 mL**  
(R\$97,00)

Prezado (a),

Informamos que a alteração de preço do medicamento **Butil Escop 20mg/mL Gen caixa c/100amp. x 1 mL**, ocorreu devido ao aumento do preço de venda da matéria-prima por nosso fornecedor. Devido à situação relatada, a Hipolabor teve que adotar medidas para reajustar o seu preço de venda.  
Contamos com sua compreensão e estamos à disposição para qualquer esclarecimento no que se refere aos nossos produtos.

Atenciosamente,

  
Gustavo Magalhães  
Diretor Comercial  
Hipolabor Farmacêutica Ltda



## ESPELHO DA DANFE



Estrada Samuel Aizemberg, 1100 - Alves Dias - 09.851-550  
 São Bernardo do Campo-SP Fone/Fax: (11) 4122-9800  
 CNPJ: 05.847.630/0001-10 Insc. Est.: 635.487.579.110  
 Insc. Estadual Sub. Tributário:

DANFE  
 Documento Auxiliar de  
 Nota Fiscal Eletrônica  
 1-Saída 2  
 2-Entrada  
 No. 31205  
 Série 6



Chave de Acesso  
 3119.0919.5707.2000.0706.5500.6000.0312.0512.7498.4823

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
 www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

Natureza Operação:  
 Compra a prazo

Protocolo de autorização de uso

## DESTINATÁRIO/REMETENTE

Razão Social HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	CNPJ / CPF 19.570.720/0007-06	Data Emissão 30/09/2019
Endereço AV DAS INDUSTRIAS 263	Bairro Distrito DISTRITO FEDERAL	CEP 39.404-621
Município MONTES CLAROS	Fone/Fax 313408-1800	UF MG
	Inscrição Estadual 567425899.02-35	Hora de Entrada/Saída

## FATURA/ DUPLICATA

30/10/2019 31.230,21	29/11/2019 31.230,21	29/12/2019 31.239,58							
-------------------------	-------------------------	-------------------------	--	--	--	--	--	--	--

## DADOS DO PEDIDO

Número 213388	Empenho	Vendedor	DADOS BANCÁRIOS Deposito Conta
------------------	---------	----------	-----------------------------------

## CÁLCULO DO IMPOSTO

Base de Cálculo do ICMS 93.700,00	Valor do ICMS 11.244,00	Base de Cálculo do ICMS Substituição 0,00	Valor do ICMS Substituição 0,00	Valor Total dos Produtos 93.700,00
Valor do Frete 0,00	Valor do Seguro	Valor do Desconto 0,00	Outras Despesas Acessórias 0,00	Valor do IPI 0,00
				Valor aprox de Tributos 0,00
				Valor Total da Nota 93.700,00

## TRANSPORTADOR VOLUMES TRANSPORTADOS

Razão Social EST SAMUEL AIZEMBERG	Frete por Conta 0-Remetente (CIF)	Código ANTT	Placa do Veículo	UF SP	CNPJ / CPF 05.847.630/0001-10
Endereço EST SAMUEL AIZEMBERG 1100	Município SAO BERNARDO DO CAMPO			Inscrição Estadual 635.487.579.110	
Quantidade / Volumes 56	Especie	Marca	Numeração	Peso Bruto (Kg) 461,280	Peso Líquido (Kg) 461,280
					Cubagem Total

## ENDEREÇO DE ENTREGA

Endereço AV DAS INDUSTRIAS 263	Bairro Distrito DISTRITO FEDERAL	CEP 39.404-621
Município MONTES CLAROS	UF MG	

## DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

Cód.	Descrição dos Produtos / Serviços	NCM-SH	CST	CFOP	Un	Qtidade	Vlr. Unitario	Vlr. Total	BC ICMS	Vlr. ICMS	Vlr. IPI	IPI	ICMS
3680	ADENOSINA 3MG/ML AMP 2ML (G) HIPOLABOR Lote BC-005/19 31/07/2021 Fabr.: 20/08/2019 Cod.Fabr.: 3680 Reg. MS: 1134301820021 Cod.EAN13: 7898470681804	30042069	000	2102	AMP	2.000	7,00000	14.000,00	14.000,00	1.680,00	0,00	0	12,00
2753	AMINOFILINA 100MG CP (G) HIPOLABOR Lote 0576/19 31/05/2021 Fabr.: 11/06/2019 Cod.Fabr.: 2753 Reg. MS: 1134301650035 Cod.EAN13: 7898470680487	30049099	000	2102	CP	200.000	0,05000	10.000,00	10.000,00	1.200,00	0,00	0	12,00
53180	CETOPROFENO 100MG IM INJ AMP 2ML (G) HIPOLABOR Lote BG-014/19 30/01/2021 Fabr.: 28/02/2019 Cod.Fabr.: 53180 Reg. MS: 1134301950020 Cod.EAN13:	30049029	000	2102	AMP	5.000	0,90000	4.500,00	4.500,00	540,00	0,00	0	12,00
2957	FENITOINA SODICA 250MG AMP 5ML (G) HIPOLABOR PORT 344/98 (C1) Lote AY-003/19 30/01/2021 Fabr.: 07/02/2019 Cod.Fabr.: 2957 Reg. MS: 1134301710021 Cod.EAN13: 7898123906605	30049065	000	2102	AMP	5.000	1,40000	7.000,00	7.000,00	840,00	0,00	0	12,00
2984	FENTANILA CITRATOS0MCG/ML AMP2ML (G) HIPOLABOR PORT. 344/98 (A1) Lote AS-093/19 31/07/2021 Fabr.: 25/08/2019 Cod.Fabr.: 2984 Reg. MS: 1134301510020 Cod.EAN13:	30045090	000	2102	AMP	10.000	0,80000	8.000,00	8.000,00	960,00	0,00	0	12,00
1004	HIOSCINA SIMPLES 20MG AMP 1ML (G) HIPOLABOR Lote H-092/19 31/07/2021 Fabr.: 04/08/2019 Cod.Fabr.: 10.14.004 Reg. MS: 1134301250029 Cod.EAN13: 7898166042032	30049069	000	2102	AMP	50.000	0,70000	35.000,00	35.000,00	4.200,00	0,00	0	12,00
3068	HIOSCINA COMPOSTA GTS FR 20ML (G) HIPOLABOR Lote 0384/19 30/04/2021 Fabr.: 02/05/2019 Cod.Fabr.: 3068 Cod.EAN13: 7898470680388	30049069	000	2102	FRC	1.000	5,00000	5.000,00	5.000,00	600,00	0,00	0	12,00
3121	MIDAZOLAM 15MG AMP 3ML (G) HIPOLABOR PORT. 344/98 (B1)	30049099	000	2102	AMP	2.000	1,20000	2.400,00	2.400,00	288,00	0,00	0	12,00

ICMS ST FRETE POR CONTA DO REMETENTE ART. 4º DO ANEXO XV DO RICMS- MG

## DADOS ADICIONAIS

Informações complementares

Reservado ao Fisco

**MEMORANDO INTERNO N º 56/2020**

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretoria Jurídica

**Assunto:** Reequilíbrio econômico-financeiro – Pregão Presencial – SRP – nº 20/2019

**Interessado:** Soma Produtos Hospitalares Ltda ARP nº 65/2019

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **SOMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, às fls. 1789 / 1800 sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens **22 – BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL (HIPOLABOR)**, e **105 - TRAMADOL 50 MG (HIPOLABOR)**.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 03 de julho de 2020

**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**  
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 03 / 07 /2020

Setor Jurídico: Adriana B. B. B. B.



1932  
V

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

---

## **PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**ORIGEM: SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

**OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS ITENS 105 - TRAMADOL 50 MG E 22 - BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL ALTERNATIVAMENTE O CANCELAMENTO DO ITEM**

---

### **RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente aos itens 105 - TRAMADOL 50 MG e 22 - BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., sob a justificativa de "muitos produtos ou matérias-primas dependem para sua produção de material importado, sujeito, portanto, às altas da moeda Americana. Destarte, o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consisti claramente num evento da natureza, sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos licitantes na época de apresentação de suas propostas nos respectivos pregões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados."

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço dos itens 105 - TRAMADOL 50 MG e 22 - BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL (fls. 1.789/ 1.792 e 1.795/ 1.798), registrado na ata do Pregão Presencial nº 20/2019 de R\$ 0,16 para R\$ 0,40 e de R\$ 0,86 para R\$ 1,19, respectivamente e juntou documentos em fls. 1.793/ 1.794 e 1.799/ 1800 (comunicado da fabricante e nota fiscal).





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3. Os documentos ora analisados é a solicitação de revisão dos itens 105 - TRAMADOL 50 MG e 22 - BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL, recebido/protocolado em 09/07/2020, bem como os documentos de fls. 1.793/ 1.794 e 1.799/ 1800 (comunicado da fabricante e nota fiscal).

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 105 - TRAMADOL 50 MG e 22 - BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 SRP MEDICAMENTOS NÃO INCLUÍDOS NA RENAME - PROCESSO Nº 30/2019 pactuado com a empresa requerente, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., sob a justificativa de "muitos produtos ou matérias-primas dependem para sua produção de material importado, sujeito, portanto, às altas da moeda Americana. Destarte, o elemento causador do distúrbio econômico, ainda que indiretamente, consisti claramente num evento da natureza, sendo que esse evento ou pelo menos os seus efeitos não poderiam ter sido previstos ou antecipados pelos licitantes na época de apresentação de suas propostas nos respectivos pregões e tampouco poderiam ter sido por eles evitados."

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

### ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. solicita o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens 105 - TRAMADOL 50 MG e 22 - BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL que logrou vencedora na licitação em tela, argumentando que há um aumento do preço do medicamento, ante a alta da matéria prima do medicamento e dos custos de



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

produção, embasa também o seu argumento com a pandemia do COVID-19 e os impactos na economia que causa. Alternativamente solicita o cancelamento do item.

8. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 1.793/ 1.794 e 1.799/ 1800 (comunicado da fabricante e nota fiscal).

9. Eis a síntese do acostado às fls. 1.789/ 1.800.

10. A base de sua requisição é a pandemia COVID-19 e o seu impacto na economia.

11. Informo que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório, em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público em Ata pactuam na manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido. Possui como vantagem desse sistema que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo de até 01 (um) ano de validade do certame.

12. Deste modo em primazia ao princípio da economicidade, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica.

13. Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

### 12. Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

13. Em seu pedido não demonstra que a alteração do valor do medicamento ocorreu por uma variação de mercado extraordinária. Apenas afirma haver o aumento, não sendo o suficiente para a alteração do preço em ata, devendo comprovar o seu impacto e a relação de causalidade entre os fatos.

14. Neste sentido manifesta a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

A despeito de divergências de posicionamentos entre a fiscalização e a SDG, sequer a vantajosidade inicial do ajuste havia ficado comprovada, sendo que esta situação somente se agravou com a **concessão de reequilíbrios econômico-financeiros desprovidos de justificativas consistentes.**  
(...)

No caso da contratação com a empresa Lukarmona, o pedido foi baseado na "**instabilidade econômica do país**" e, no caso da empresa Fridel, solicitou-se o realinhamento sob o argumento de que os produtos estariam na entressafra. Contudo, a meu ver, **não restou comprovada a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso de força maior, caso fortuito ou força do príncipe, a ensejar a concessão de reequilíbrio. As situações descritas nas justificativas estão inseridas na álea econômica**





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

ordinária, e devem ser suportadas pela empresa, eis que oscilações normais decorrentes de sazonalidade são totalmente previsíveis e devem ser levadas em consideração pelas empresas quando formulam suas propostas, especialmente para fornecimento pelo prazo de 12 meses. (TC-001040/003/12 TC-001037/003/12 TC-001038/003/12 TC-001039/003/12 TC-028291/026/11, Substituto de Conselheiro Josué Romero, Segunda Câmara, Sessão: 3/2/2015) Grifo e negrito nosso.

15. Deveras, inclusive quanto a variação cambial, deverá esta ser severa e expressiva para justificar o reequilíbrio econômico, numa economia instável como a pátria, tem que ser demonstrada que foi inopinado e permanente a alteração. Tanto é que a jurisprudência aponta como ordinária a variação cambial:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - INÉRCIA NÃO VERIFICADA - CONTRATO ADMINISTRATIVO - EQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - VARIAÇÃO CAMBIAL DO DÓLAR AMERICANO - RISCO DO NEGÓCIO (ÁLEA ORDINÁRIA) - INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA IMPREVISÃO.

1. O instituto da prescrição está intimamente relacionado à inércia do titular do direito violado. Excetuadas as hipóteses de vício formal do ato e desídia da parte (incisos II e III do artigo 267 do CPC), a citação constitui causa de interrupção da prescrição, mesmo nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito. Precedentes do C. STJ.

2. De acordo com a teoria da imprevisão, diante de situações de anormalidade, autoriza-se a revisão da avença, a fim de que seja restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro originalmente contratado.

3. Considerando o disposto no art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, bem assim o entendimento doutrinário dominante, a revisão do contrato em nosso ordenamento jurídico, com esboço na teoria da imprevisão, demanda o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: ocorrência de fatos imprevisíveis (ou, até mesmo, razoavelmente imprevisíveis) ou anormais; inimputabilidade do evento às partes; onerosidade excessiva a um dos contratantes.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

4. In casu, seja quantitativamente (prejuízo absoluto da recorrente), seja sob o aspecto da previsibilidade, a flutuação da moeda americana entre a data de apresentação da proposta e o termo limite de fornecimento das mercadorias importadas não configurou evento extraordinário e imprevisto. Pelo contrário, a variação cambial, tal como verificada no período, constituía risco ordinário do negócio.

5. Em se tratando de contratos administrativos, os quais via de regra são precedidos de processo licitatório, a desconsideração da álea ordinária na composição dos preços pode ser extremamente prejudicial à competição, podendo, inclusive, redundar na seleção de propostas inexecutáveis.

6. Apelação a que se nega provimento.

### Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL : AC 32183 SP 0032183-04.2001.4.03.6100) (Grifo nosso)

16. Não se vislumbra fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço da empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., vez que foram acostadas apenas notas fiscais e carta de aviso de aumento do preço.

17. De modo que não ficou demonstrada justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora, além do mais como demonstra em seu pedido, ainda a manutenção de sua margem de lucro.

18. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

“XII - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

12.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. 12.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência;

12.1.2 A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 12.3 e 12.4, nas hipóteses de mora, inexecução do contrato.

12.2 Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3 Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração. 12.3.1 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 12.1.

12.4 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 12.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.5 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Município se quando por esta solicitado.

12.5.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.





## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

12.6 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

12.7 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio de cópia da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, comprovante de recebimento pela empresa e Ata de Registro de Preço devidamente assinada e publicada.

19. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

20. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

21. Por consequência, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.



## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

### CONCLUSÃO

22. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do cancelamento do item em que a empresa SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 15 de julho de 2020.

**Dr. RANGEL STRASSER FILHO**  
**Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164**

## MEMORANDO INTERNO Nº 65/2020

**De:** Setor de Compras, Licitações e Contratos

**Para:** Diretor Executivo

**Assunto:** Solicitação Reequilíbrio Econômico Financeiro – Pregão Presencial – SRP nº 20/2019 – Ata nº 65/2019

**Interessada:** Soma Produtos Hospitalares Ltda.

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 1832/1840, que opinou pelo indeferimento do pedido de realinhamento de preço e pedido de cancelamento dos itens 22 – BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL (HIPOLABOR), e 105 - TRAMADOL 50 MG (HIPOLABOR), em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Presidente Prudente, 20 de julho de 2020

  
Denise Sakiyo Ide

Chefe em Substituição do Setor de Compras, Licitações e Contratos



## DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

**Assunto:** Solicitação Reequilíbrio Econômico Financeiro – Pregão Presencial – SRP – nº 20/2019

**Interessado:** Soma Produtos Hospitalares Ltda. ARP nº 65/2019

Trata-se de pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e cancelamento dos itens 22 – BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL (HIPOLABOR), e 105 - TRAMADOL 50 MG (HIPOLABOR), pela detentora da ata nº 65/2019 – **Soma Produtos Hospitalares Ltda.**

O Setor Jurídico às fls. 1832/1840 opinou pelo indeferimento do realinhamento e cancelamento dos itens, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** das solicitações de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens 22 – BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL (HIPOLABOR), e 105 - TRAMADOL 50 MG (HIPOLABOR), bem como pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de cancelamento dos itens adjudicados e os já empenhados, realizada pela empresa **Soma Produtos Hospitalares Ltda**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 20 de julho de 2020



**CARLOS AUGUSTO VRECHE**  
Diretor Executivo-CIOP



1860  
✓

### DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e cancelamento de item. ARP nº 65/2019. Pregão Presencial nº 20/2019. Interessada: Soma Produtos Hospitalares Ltda. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e cancelamento dos itens 22 - BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/ML INJETÁVEL (HIPOLABOR), e 105 - TRAMADOL 50 MG (HIPOLABOR), conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo. Pres. Prudente, 20 de julho de 2020.

